



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social.

OS IMPACTOS ENDÓGENOS E EXÓGENOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NOS ANOS DE 1990 SOB O PRISMA NEOLIBERAL

**RAFAELA LEANDRO PEREIRA¹
MARIA GABRIELLA FLORENCIO FERREIRA²**

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise das inflexões do neoliberalismo na década de 1990 para o Serviço Social brasileiro, considerando as tensões societárias e internas na categoria. Para isto, torna-se preciso uma abordagem do neoliberalismo no que tange os traços gerais e particulares no Brasil, compreendendo de que modo essa conjuntura de destituição de direitos e desresponsabilização do Estado impacta a classe trabalhadora e conduz impasses no interior da categoria.

Palavras-chave: Neoliberalismo; década de 1990; Serviço Social; projeto ético-político.

LOS IMPACTOS ENDÓGENOS Y EXÓGENAS DEL SERVICIO SOCIAL BRASILEÑO EN LOS AÑOS DE 1990 BAJO EL PRISMA NEOLIBERAL

Resumen: El presente trabajo tiene por objetivo realizar un análisis de las inflexiones del neoliberalismo en la década de 1990 para el Servicio Social brasileño, mientras las tensiones social y internas en esta categoría. Para esto, es necesario un enfoque del neoliberalismo en lo que atañe en líneas generales y particulares en Brasil, entender como esta situación de despido de derechos y desresponsabilización del Estado afectan la clase trabajadora y conduce a bloqueos en el interior de la categoría.

Palabras clave: Neoliberalismo; década de 1990; Servicio Social; proyecto ético-político.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, será produzida uma análise da conjuntura político-econômica do neoliberalismo nos anos 1990 e suas inflexões para o Serviço Social brasileiro. Desse modo, coloca-se como basilar uma exposição acerca dos significados do projeto neoliberal, dos seus impactos na sociedade, no Estado, e, conseqüentemente, nas políticas sociais. Igualmente, seus efeitos

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <rafaela_k9@hotmail.com>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba

sob a classe trabalhadora, tendo em vista que o projeto é sustentado pelo capitalismo mundial numa lógica de garantir superlucros e concentrar propriedades e rendas.

Serão evidenciadas, posteriormente, essas perspectivas no Brasil, considerando as suas particularidades enquanto país periférico e de desenvolvimento tardio. Abordaremos em que momento o projeto neoliberal firmou-se no país, discorrendo a respeito das propostas de governo que auxiliaram na sua disseminação e como impactam a sociedade brasileira, considerando os aspectos de desmobilização para com as lutas da classe trabalhadora. Por fim, levantaremos uma análise dos impactos do projeto neoliberal para o Serviço Social e as inflexões para a materialização do projeto profissional, no que concerne ao processo de formação e legitimidade da categoria das/os assistentes sociais, levando em consideração o decurso sócio-histórico.

É relevante considerar que, ao se pontuar as condições exógenas - o neoliberalismo e conjuntura - e endógenas - interior da categoria - para o Serviço Social no período destacado, não significa dizer que esses estão dissociados, pois a conjuntura política-econômica-social reverbera de forma notável na profissão. Desse modo, a divisão aqui realizada representa um mecanismo de análise para tecermos algumas reflexões das inflexões mencionadas e enfrentamentos do Serviço Social ao projeto neoliberal, tendo em vista seu continuísmo no país até os dias atuais, assim como a importância da organização da categoria nesse percurso.

2. PROJETO NEOLIBERAL E SUA DIFUSÃO IDEOLÓGICA

2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

A crise contemporânea - expressão utilizada por Netto e Braz (2006) - desencadeada na década de 1970, com o colapso do fordismo-keynesianismo na Europa em decorrência da superacumulação, suscitou em consequências

em níveis globais. Conforme Mota (2009, p. 8), forçou “[...] os países desenvolvidos a redefinirem suas estratégias de acumulação, donde o surgimento de novas estratégias de subordinação da periferia ao centro”. Para reestruturar-se, o capital se utiliza de estratégias que, de acordo com Netto e Braz (2006), se baseiam no tripé da reestruturação produtiva, financeirização e a ideologia neoliberal.

É inegável o poder do capital para pressionar os trabalhadores às condições de exploração e submissão à sua ordem, cujos elementos supracitados tem por resultado a alienação nos seus postos de trabalho e sua desmobilização enquanto classe. Sabe-se que esse sistema os explora demasiadamente no trabalho produtivo e os impele a permanecer nessa situação devido ao exército industrial de reserva. Ademais, Mota (2009) ao conciliar tais problemáticas a crise do “socialismo real”, afirma que a organização da classe trabalhadora na luta ofensiva contra o capital se encontra na berlinda, tornando-se muito mais defensiva.

À vista disso, o projeto neoliberal, destaque neste trabalho, radicaliza as manobras capitalistas de exploração da força de trabalho. Apresenta a ideia de plena liberdade de mercado e igualdade de oportunidades, do ponto de vista individual, naturalizando a desigualdade existente no modo de produção capitalista. Assim sendo,

Os neoliberais também sustentam que o intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta dos contribuintes, mas sobretudo porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. Além disso, é ineficaz e ineficiente: ineficaz porque tende ao monopólio econômico estatal e à tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado; e ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piorá-la [...] (LAURELL, 2009, p. 162).

Aparece nesse cenário como uma exigência do capital para sua restauração e expansão que, de acordo com Netto (2012), tem como eixos a flexibilização, a desregulamentação e a privatização.

Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países

periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à “flexibilização”, embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista (NETTO, 2012, p. 417).

O projeto neoliberal é ideológico, político e econômico, organizado por grupos conservadores que descaracteriza as lutas da classe trabalhadora. Conduz novas relações do capital com o trabalho e destes com o Estado. No que concerne a este último, se utiliza da desregulamentação para que mercado possa se apropriar das suas esferas em âmbito global. A flexibilização dos direitos do trabalho representa a intensificação da exploração e ataques às lutas da classe operária, impactando suas condições de mobilização.

Em concordância com Mota (2009), este projeto age para diminuir seu aparato social, focalizando a assistência social para uma população restrita e que não conseguem vender sua força de trabalho. Por outro lado, vale-se das privatizações do patrimônio estatal e serviços sociais, impulsionando para que estes sejam oferecidos pelo mercado, atingindo de forma penosa a classe trabalhadora. Por esse ângulo,

As estratégias concretas idealizadas pelos governos neoliberais para reduzir a ação estatal no terreno do bem-estar social são: a privatização do financiamento e da produção dos serviços; cortes dos gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios; canalização dos gastos para os grupos carentes; e a descentralização em nível local (LAURELL, 1997, p. 163).

Vale ressaltar, portanto, que os direitos sociais não são benesses do Estado, e sim conquistas, por processos de lutas e resistências da classe trabalhadora, e seus desmontes representam retrocessos a esses avanços. Assim, aponta para um Estado que não interfira nas relações econômicas e que compactue com a liberalização dos mercados, desse modo, diminui sua intervenção social e o maximiza no que concerne aos interesses do capital.

2.2 PRISMA BRASILEIRO

O Brasil vivenciou um duro período ditatorial que iniciou na década de 1960, com seu auge repressivo na década de 1970, a partir da instauração do Ato Institucional nº 5. Como resposta a esse regime, na década de 1980 entram em cena diversos segmentos populares e movimentos sociais na luta pela redemocratização do país e por uma nova Constituição. Em 1988, como fruto dessas organizações e enfraquecimento da Ditadura Militar, o Brasil alcança a aclamada Constituição Federal pós-golpe, que incorpora expressivos avanços sociais e políticos.

Na década seguinte, com o país em recente propagação de uma conjuntura com caráter democrático, abre-se espaço para a instalação do projeto neoliberal, com vínculos com o mercado externo. Adentrou num país que carregava uma herança de derrota econômica pela Ditadura Militar, se colocando como uma resposta incontestável a esta, no qual ocasionou um acentuado desequilíbrio que se estende até os dias atuais. Assim, o país se encontra numa época de ofensiva da classe burguesa, conciliado, mais uma vez, com o capitalismo mundial, numa modificação democrática do Estado brasileiro. O projeto neoliberal obteve maior intensidade no país com o governo de Fernando Collor de Mello, no ano de 1990, incorporando propostas econômico-sociais que sinalizou novas formas de relação do Estado e privatizações, em uma concepção de *modernização*. Evidencia-se, desse modo, a vinculação ao neoliberalismo, apontando para propostas como a liberdade dos mercados, iniciativas de privatização em detrimento as públicas e a diminuição da intervenção do Estado.

Contudo, é no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, que o neoliberalismo se consolida e se expande ainda mais, implantando medidas que, nos apontamentos de Teixeira (1988, p. 225), são de “ acabar com a inflação, privatizar, reformar a Constituição para flexibilizar as relações entre o Estado e a sociedade, assim como as relações entre capital e trabalho”.

Assim, a partir da consolidação do projeto neoliberal no país, transcorreram medidas de ajuste econômico e estreitamento das políticas

públicas de proteção social, retraindo as conquistas obtidas pela classe trabalhadora na última década. Desse modo, há uma descaracterização dos direitos sociais, ligada a uma nova forma de enfrentar a “questão social”, “[...] focando-a enquanto objeto de ações e programas de combate à pobreza à moda dos organismos financeiros internacionais, donde a centralidade dos programas de transferência de renda” (MOTA, 2010, p.140). Em consequência, há um crescimento da pobreza e do desemprego, bem como a contração dos movimentos sociais, ficando a economia brasileira subordinada aos ditames do capital internacional.

A política do neoliberalismo traz em seu sentido uma reforma do Estado, numa perspectiva ideológica de única possibilidade de avanço para o país. Nesse processo, sucedeu "uma contra-reforma que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticos" (BEHRING, 2003, p. 281).

No panorama das propostas de mudanças, outras problemáticas podem ser apontadas, como a no âmbito político-social que cumpre um papel fundamental para endossar o projeto, perpassada pela reforma do Estado que intensifica a exploração lucrativa e a ampliação das desigualdades. Pode-se elencar também, os círculos da comunicação social, que rebata na estrutura familiar, ampliando a lógica do capital para todos os processos de espaço cultural. Este movimento está na dinâmica do capitalismo contemporâneo, por meio de divulgações e alimentação do consumismo.

Pode-se, dessa forma, compreender os impactos na sociedade brasileira, essencialmente para a classe trabalhadora e o mundo do trabalho. Segundo Behring (2003), por meio das estratégias do capital, deve-se levar em consideração os determinantes sendo estes a flexibilização, como componente necessário para a reforma do Estado, das relações de trabalho, apresentada como importante estratégia para diminuir o custo trabalho, gerar empregos e dinamizar a economia, ocasionando, inclusive, na perda de organização sindical, que essas questões, que perpassam pelos interesses do capital, para obtenção de superlucros, permeiam as expressões da questão

social intensificada nesse período, com crescimento da pobreza e do desemprego estrutural.

3. IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NO SERVIÇO SOCIAL

As questões até aqui levantadas devem ser consideradas para a apreensão das consequências do movimento sócio-histórico do Brasil nos anos 1990 sob o Serviço Social, nos rebatimentos na formação, legitimidade, práticas e espaços sócio-ocupacionais das/os profissionais. Dessa forma, coloca-se como necessária a compreensão da organização profissional e suas condições endógenas para o enfrentamento às ofensivas travadas pelo projeto neoliberal e a contra-reforma do Estado.

O Serviço Social, a partir de meados da década de 1970, passa a questionar de maneira mais intensa suas bases teóricas, políticas e práticas, até então alicerçadas na ligação com a Igreja Católica, com perspectivas assistencialistas e conservadoras. Entende-se esse período, de acordo com Netto (1999), como uma *intenção de ruptura* ao conservadorismo da profissão, com vistas a um novo modo de pensar o Serviço Social, essencialmente pela aproximação com a teoria marxista e os rebatimentos do Movimento de Reconceituação de 1960.

A profissão, que no Brasil atravessou os entraves de uma Ditadura Militar, apenas conseguiu avançar nesse sentido com a crise desse regime, obtendo maior liberdade política para questionar e realizar mudanças internas. Com a efervescência dos movimentos sociais pela redemocratização, destaca-se o projeto societário da classe trabalhadora, com princípios emancipatórios e transformação da sociedade. Diante disso, em concordância com Netto (1999), o Serviço Social buscou alinhar seu projeto profissional ao projeto societário supracitado, com forte dimensão política, propiciado pela conjuntura e envolvimento com o marxismo.

a luta pela democracia na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou o quadro necessário para quebrar o quase monopólio no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura inscreveu-se a primeira condição, a condição política, para a constituição de um novo projeto profissional (NETTO, 1999, p. 100).

Nesse sentido, de acordo com as análises do autor, a profissão se organiza politicamente com expressividade democrática, assumindo seu lugar de luta à classe trabalhadora e conquistando o pluralismo na categoria. Contudo, para a conquista do novo projeto profissional almejado, Netto (1999) afirma que outros fatores foram essenciais nessa construção, como a acumulação teórica do Serviço Social com o desenvolvimento de pesquisas nas pós-graduações e reflexões acerca da profissão no cenário brasileiro, principalmente a partir das produções próprias e de circulação nacional que incorporaram essas particularidades.

O Serviço Social, em toda a sua história, possui uma postura política pela própria natureza, contraditória, entre as classes sociais na sociedade capitalista. Todavia, ao construir um projeto ético-político de vertente marxista e de transformação da sociedade, especialmente pelas condições exógenas, demanda uma maior organicidade.

Assim, as entidades organizativas da profissão – à exemplo do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) – se tornam espaços representativos fundamentais, bem como os encontros nacionais e regionais. Demandou, também, a necessidade de um novo perfil profissional, assim como a reflexão do próprio exercício e o reconhecimento enquanto classe.

Nesse contexto de organização política da categoria, e por meio dela, se constituiu a Lei de Regulamentação da profissão – Lei nº 8.662/93 –, o Código de Ética de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996. Tais normativas representam o projeto ético-político da profissão, envolvendo as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Assim, o Serviço

Social entra nos anos 1990 com maturidade e como uma profissão consolidada.

O projeto ético-político do Serviço Social representa uma direção para a prática e formação profissional. Conquistou hegemonia na profissão a partir dessa década, baseado numa perspectiva de transformação da ordem vigente e mediador do acesso da classe trabalhadora dos direitos adquirido no processo histórico através das suas lutas, possibilitado pelo amplo debate no interior da profissão e pelo pluralismo teórico-político. À vista disso, Netto (1996) afirma que “[...] *democratizou-se* a relação no interior da categoria e limitou-se o *direito à diferença ídeo-política*” (NETTO, 1996, p. 111, grifos do autor), e, de forma mais ampla no que concerne à direção social hegemônica do Serviço Social, reconhece que

Uma direção social consolidada é aquela que, sintonizada com as tendências sócio-históricas mais significativas, circunscreve o espaço de enfrentamento das diferenças em função de objetivos que se fazem reconhecidos como legítimos e pertinentes [...] (NETTO, 1996, p. 116).

A maturidade e conquista da hegemonia do projeto profissional se dá por uma possibilidade de materialidade endógena da categoria, pois, por outro lado, sua construção está inserida em um grande paradoxo. Em conformidade com Netto (1996), esse paradoxo está presente na conjuntura da década de 1990, que apresenta contradições ao projeto do Serviço Social pelo avanço do projeto neoliberal e contra-reforma do Estado, colocando desafios para a sua materialidade. Considerando que, até hoje, o neoliberalismo encontra-se presente no contexto político e econômico brasileiro, é colocado para a profissão desafios consideráveis, em que surgem novas implicações no exercício e formação profissional e na sociedade como um todo.

Dessa forma, a tentativa de ruptura com conservadorismo no Serviço Social obteve avanços importantes com o projeto profissional vigente, mas não há um rompimento de fato. O conservadorismo que caminha no interior e no exterior da profissão suscita práticas que não estão inseridas dentro dos princípios éticos emancipatórios e democráticos do projeto profissional

hegemônico do Serviço Social, colocando desafios para sua consolidação, sinalizando um espaço plural de lutas ideológicas, políticas e metodológicas.

As determinações sócio-históricas do período, cujas alterações nas condições políticas, econômicas e sociais do país segue numa lógica de minimização das ações do Estado frente a questão social, acarretou na excessiva concentração de propriedades e renda, culminando em novas formas de execução das políticas sociais. Desse modo, as políticas sociais passam a ter uma perspectiva focalizada, seletiva e de incentivo ao assistencialismo, colocando parte da responsabilidade destas para a sociedade civil, assim como um caráter mercadológico.

Ao se reconhecer enquanto classe trabalhadora, o Serviço Social constrói sua legitimidade junto aos seus usuários. Contudo, pode-se analisar que ao se deparar com uma conjuntura de minimização das políticas sociais, a prática das/os assistentes sociais sofre impactos no que concerne à viabilização dos direitos, uma vez que teve-se que restringir o público usuário dessas políticas. Desse modo, as/os profissionais se encontram submetidos a uma limitação da sua prática tal como concebida no projeto ético-político, em que “[...] as condições objetivas oferecidas ao Serviço Social dirigem-no a uma prática conservadora marcada pela rotina burocrática, pela seletividade e pelo controle” (COSTA, 2009, p. 4).

Os impactos nas intervenções das/os assistentes sociais decorrem, também, da ampliação das Organizações Não-Governamentais (ONG's), que requer a/o profissional, mas em condições e vínculos precários de trabalho. Nesse sentido, Medeiros e Almeida (2015) afirmam:

Ora, é esse contexto de crise no cotidiano das ONGs que se apreende alterações na demanda do trabalho dos/as assistentes sociais; alterações nas condições em que se realizam; sofrem também com a constante insegurança no emprego; precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de direitos trabalhistas, entre outros (MEDEIROS; ALMEIDA, 2015, p. 4).

Essa realidade trouxe novas exigências para o Serviço Social, demandando novas respostas profissionais, mais qualificadas. Assim, de acordo com as autoras supracitadas, as/os profissionais inseridas/os nas

ONG's precisam estar em constantes capacitações e qualificações para suas atuações, exigindo polivalência e flexibilizações.

Nesse cenário de desmontes, a fragilidade na formação abre espaço para o fatalismo, no amoldamento das/os assistentes sociais às instituições, com uma postura defensiva que auxilia o avanço do conservadorismo no interior da profissão. Para o combate a essa fragilidade, torna-se fundamental uma formação qualificada e que atenda aos princípios norteadores da profissão. Contudo, o momento vivenciado no país apontava para condições desfavoráveis nesse sentido, pois a lógica do capital se apropriou da educação, o que ocasionou o rebaixamento do ensino e introduziu formas flexibilizadas de formação profissional. Por esse ângulo, Boschetti (2015) afirma que essas circunstâncias não estão circunscritas apenas ao Serviço Social, mas

Ao contrário, são tendências presentes em todas as áreas, fortemente alimentadas pela contrarreforma do ensino superior, forjada desde a década de 1990 no contexto da mundialização do capital e sujeição dos países às recomendações de organismos internacionais, como Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Fundo Monetário Internacional (FMI) (BOSCHETTI, 2015, p. 642).

É preciso considerar, também, que a conjuntura coloca em cheque o perfil dos estudantes, que não possuem condições objetivas necessárias para uma formação qualificada e apresentam um nível sociocultural reduzido. Essas questões estão ligadas às exigências do capital por força de trabalho, rodeadas de poderes ideológicos que compõem o projeto neoliberal, colocando fragilidades para a formação profissional.

Nesse sentido, é imprescindível a organização da categoria profissional no enfrentamento aos desmontes causados pela agenda neoliberal no contexto brasileiro no que concerne, também, ao ensino superior e as condições de permanência dos estudantes. A precarização da formação impacta diretamente na prática profissional das/os assistentes sociais, nas respostas dadas às questões emergentes. Desse modo, Ramos (2009, p. 4) argumenta que “[...] a ampliação do ensino à distância (EAD), e os investimentos da contra-reforma da educação [...] trazem dificuldades para a materialização dos nossos princípios ético-políticos”.

Tendo em vista que esse cenário contraditório ao Serviço Social continua como realidade na nossa sociedade, não cessando com os governos que sucederam os anos noventa, reafirma-se a necessidade da organização política da categoria, na defesa do seu projeto ético-político. O neoliberalismo, ao agir pelos mecanismos da mercantilização, inclusive na área social, impacta de forma imperial a profissão, tanto nas suas intervenções quanto nas condições de trabalho.

A precarização do trabalho e da vida social é estruturante da sociedade capitalista, cujo projeto neoliberal o intensifica com suas estratégias. Dessa forma,

As condições objetivas e subjetivas impostas pelo capital à classe trabalhadora e à vida social, longe de se constituir referências secundárias ou servir de cenário para a vida cotidiana, são, na verdade, determinações que tecem modos de ser e viver. No entanto, é fundamental lembrar que esse é um movimento contraditório, aberto à luta de classes, permeável à ação das forças organizadas do trabalho, à atuação e reflexão crítica dos sujeitos individuais e coletivos, que também fazem a história, ainda que em condições bastante adversas (SANTOS, 2010, p. 698).

O projeto ético-político do Serviço Social direciona as/os profissionais a uma ação anticapitalista e defesa dos direitos humanos, e, portanto, a uma negação da radicalização e criminalização da pobreza ocasionada pelas medidas da ideologia neoliberal. Como Santos (2010) afirma, esse é um terreno propício para a luta de classes e movimentos organizados da sociedade e, também, das profissões. O Serviço Social, que historicamente vincula-se a uma base teórica marxista e utiliza a totalidade como método de análise das relações sociais, possui capacidade para refletir acerca das lutas de forças contraditórias dentro da sociedade e pensar, também, sua própria prática e maneiras combativas.

Dessa forma, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO e demais organizações da profissão precisam estar articuladas no que tange a defesa do projeto ético-político e na resistência da categoria diante dos ataques neoliberais. Para as/os profissionais inseridos nos espaços sócio-ocupacionais, atuando diretamente com as políticas sociais, os impactos dos desmontes aparecem de maneira mais intensa, limitando a viabilização dos direitos. A

resistência precisa chegar nas/os assistentes sociais desses espaços e instituições, impedindo o fatalismo, com o objetivo contínuo de ampliação da democracia, dos direitos e da justiça social.

O enfrentamento às ofensivas neoliberais está diretamente associado a uma formação qualificada e continuada, que atenda aos princípios éticos e políticos norteadores e estimulem o raciocínio crítico da realidade. A luta é contínua e não cessa, uma vez que inserida numa sociedade capitalista, a profissão se depara com constantes entraves para a materialização do projeto ético-político nos espaços sócio-ocupacionais, formativos e organizativos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, torna-se claro que o projeto neoliberal suscitou intensos impactos nas dimensões que formam a sociedade, afetando diretamente o âmbito público, priorizando a livre circulação do capital e compactuando com os seus projetos de exploração da força de trabalho. À vista disso, a influência do capital mundial paira sob o país, coordenando as manobras executadas para visar seus interesses.

Há um aprofundamento da desigualdade social e da pobreza, propiciada pela nova forma de enfrentar a questão social, uma vez que há a mercantilização dos serviços e as políticas sociais se tornaram minimalistas, focalizadas e emergenciais. A classe trabalhadora, nesse processo, sofre desmedidamente com as consequências no trabalho e, também, na vida reprodutiva, como resultado da retirada de direitos que há pouco tempo foram conquistados na Constituição de 1988.

Todo esse processo proporciona para o Serviço Social consequências ao responder as demandas postas pelos seus usuários, assim como impactos internos, na dificuldade de materialização do projeto ético-político hegemônico e fragilização na formação profissional. Nesse cenário de intensos desafios, há terreno para a categoria das/os assistentes sociais levantar-se em luta numa

postura contra-hegemônica ao à ordem vigente, e que possa, articulada e organizada, promover transformações sociais revolucionárias conforme o projeto profissional, pois

O momento atual é de iluminar as possibilidades de reafirmação desse projeto, apontar de forma efetiva estratégias de manutenção de sua hegemonia e reafirmar a sua legitimidade, viabilidade e justiça, haja vista a radical necessidade de enfrentamento do projeto de dominação/exploração/alienação do capital e dos efeitos nefastos deste (CANTALICE, 2006, p. 24).

Assim, nos processos de resistências e lutas pela busca da equidade e justiça social é essencial a plena organização profissional, na articulação com a classe trabalhadora. As entidades representativas possuem papel central no direcionamento político para a superação dos retrocessos que atingem a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CANTALICE, L. B. O. **Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: as teses da crise da (possível) dissolução da hegemonia e da viabilidade histórica**. João Pessoa, 2009.

COSTA, C. M. O. S. A prática profissional dos assistentes sociais diante da política neoliberal: desafios e perspectivas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., [2009], São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA/PGPP, [2009]. p. 1-7.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.151-78

MEDEIROS, N. S.; ALMEIDA, B. L. F. O trabalho do assistente social nas organizações não governamentais (ONGS): desafios e perspectivas na conjuntura de crise contemporânea. In: Seminário nacional de Serviço Social, trabalho e política social, 1., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-6.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: _____. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 133-146

_____. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS/ABEPSS. **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: 2009.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS/ABEPSS/CEAD. **Curso de Capacitação em Serviço Social e política social: módulo I**. Brasília: 1999.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. O capitalismo contemporâneo. In: _____. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 211-238.

RAMOS, S. R. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: polêmicas e desafios. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19., 2009, Guayaquil. **Anais...** Guayaquil: UCSG, 2009. p. 1-10.

SANTOS, S. M. M. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 695-714, out./dez. 2010.

TEIXEIRA, F. J. O neoliberalismo em debate. In: _____. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 195-252.